



Os deputados do GUE/NGL da Comissão das Pescas (PECH) do Parlamento Europeu



João FERREIRA (PT)
Coordenador do GUE/NGL



Patrick LE HYARIC (FR)

Para mais pormenores sobre a informação contida neste folheto, contacte Seyne Torres: seyne.torres@europarl.europa.eu

O Grupo GUE/NGL é um grupo confederal no Parlamento Europeu constituído por 35 deputados de 12 Estados-Membros da UE, que trabalham em prol da paz, da solidariedade, da justiça social, da igualdade, da democracia e dos direitos humanos.

Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde
Parlamento Europeu
rue Wiertz 43, B-1047 Bruxelas
T +32-(0)228-42683
F +32-(0)228-41774

Produzido pela unidade das publicações de GUE/NGL
GUENGL-Communications@europarl.europa.eu
Fotografias: iStock, Parlamento Europeu, União Europeia, Maritimku, Utne
Concepção: Dominique Boon
Impressão: Dossche Printing
© GUE/NGL – Bruxelas 2010
Imprimido em papel reciclado



GUE/NGL
www.guengl.eu

ESQUERDA UNITÁRIA EUROPEIA/ESQUERDA VERDE NÓRDICA
GRUPO DO PARLAMENTO EUROPEU.



GUE/NGL
www.guengl.eu

ESQUERDA UNITÁRIA EUROPEIA/ESQUERDA VERDE NÓRDICA
GRUPO DO PARLAMENTO EUROPEU.



Por uma política de pescas sustentável: proteger os interesses das populações e das comunidades costeiras



- uma **gestão de proximidade**, que tenha em conta a diversidade existente ao nível das frotas, artes de pesca e dos stocks pesqueiros em cada país e zona de pesca; reconhecimento dos direitos de soberania dos Estados-Membros sobre as suas águas territoriais, zonas económicas exclusivas e fundos marinhos contíguos;
- a **manutenção das 12 milhas como zona de acesso exclusivo** para as frotas nacionais de cada Estado-Membro, bem como a possibilidade da sua extensão às áreas adjacentes, conforme as plataformas continentais;
- apoio comunitário à **renovação e modernização das frotas de pesca**, especialmente para a **pequena pesca costeira e artesanal**, promovendo as artes e as técnicas ambientalmente mais sustentáveis;
- que seja **garantida a não transmissibilidade das quotas de pesca**, a fim de evitar a criação de um mercado de quotas nos Estados-Membros, que prejudicaria seriamente a pesca tradicional.

Está a decorrer o debate sobre o futuro da Política Comum das Pescas (PCP). Retomando velhas propostas, nomeadamente a tentativa de privatizar os nossos mares, a Comissão já anunciou algumas das linhas orientadoras da reforma, que deverá ser efectuada até 2012.

O GUE/NGL considera que as propostas da Comissão não dão resposta aos principais problemas com que o sector das pescas se vê confrontado e defende medidas que garantam o futuro económico, social e ambiental desta importante actividade.



Reforma da PCP – perspectivas e ameaças

Um primeiro aspecto a sublinhar é o quadro institucional em que este debate e posterior decisão se realizam. O Tratado de Lisboa estabeleceu «competência exclusiva» da UE no domínio da «conservação dos recursos biológicos do mar, no âmbito da PCP». Desta forma, contraria-se a necessidade de uma gestão de proximidade – a que melhor se adequa ao objectivo de garantir uma pesca sustentável e responsável.

Uma segunda consideração prende-se com a tentativa de alterar o sistema de gestão da PCP, introduzindo (ainda que de forma faseada) um sistema comunitário baseado em direitos de pesca. Este sistema implica a inaceitável criação de direitos de propriedade privados sobre um bem público – os recursos pesqueiros. A Comissão já havia considerado esta opção durante a reforma de 2002, mas foi derrotada devido à resistência do sector das pescas em diversos países.

Um terceiro aspecto prende-se com a necessidade de garantir rendimentos justos no sector. Esta é uma preocupação fundamental, a que deve ser dada resposta, sob pena de qualquer política de pescas fracassar nos seus objectivos. São vários os factores que determinam a insegurança ao nível dos rendimentos: por exemplo, os condicionamentos naturais inerentes à actividade, o mercado e uma desequilibrada repartição do valor acrescentado ao longo da cadeia de valor.



Não à privatização dos recursos marinhos!

O principal objectivo da política das pescas deveria ser o de assegurar o abastecimento público de pescado e o desenvolvimento de comunidades costeiras, promovendo o emprego e a melhoria das condições de vida dos pescadores, num quadro de garantia da sustentabilidade dos recursos.

O GUE/NGL rejeita veementemente qualquer tentativa de introduzir direitos de propriedade sobre os recursos pesqueiros. As consequências económicas e sociais da privatização dos mares seriam desastrosas, com a inevitável concentração da actividade nas entidades com maior poderio económico e financeiro, sem garantias da defesa da sustentabilidade dos stocks pesqueiros.

Para proteger o sector das pescas, o GUE/NGL propõe:

- o aumento do preço de primeira venda e dos rendimentos dos pescadores; a introdução de mecanismos como os preços de garantia e taxas máximas de lucro;
- a introdução de mecanismos de subvenção ou compensação em benefício dos pescadores afectados pelas repercussões económicas e sociais dos planos de reconstituição, de gestão plurianuais e de medidas de protecção dos ecossistemas;

